

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PARX).



Fundado em 1875

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Uma derrota do PMDB que obriga Sarney a governar

A aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena por ampla maioria de votos (344 contra 212 e três abstenções, sendo esta a primeira vez em que todos os 559 constituintes votaram) e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes (304 votos) não representa uma vitória pessoal do presidente José Sarney, nem dos métodos por ele utilizados para facilitá-la. Não representa, tampouco, uma vitória da idéia presidencialista sobre a idéia parlamentarista. Foi, antes de mais nada, uma definitiva e arrasadora derrota do parlamentarismo que, de fato, esteve em vigor nestes primeiros três anos de "Nova" República, durante os quais — pelo menos até o momento da demissão do ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, que foi o episódio que prenunciou o divórcio que agora se oficializa — quem realmente governou foi o "primeiro-ministro" Ulysses Guimarães, apoiado na hegemonia (ilegítima porque conquistada pelo engodo do Plano Cruzado) do PMDB.

A primeira consequência desta fragorosa derrota deverá ser o princípio do fim do segundo "maior partido do Ocidente" (o primeiro foi a Arena dos generais): se restar um pingão de dignidade aos seus próceres mais ilustres, o presidente José Sarney deverá encontrar hoje sobre sua mesa a demissão dos ministros do PMDB que lhe foram impostos pelo "premier" ontem derrotado e que ainda permanecem em seus cargos, embora fazendo questão de alardear sua condição de ministros "inimigos" do presidente. Sem a poderosíssima "cola" do comum desfrutar das delícias do poder que mantinha unidos os cacos do "maior partido do Ocidente", deve-se esperar também que suas várias alas em permanente conflito — umas (ou uma) aplicando golpes sobre as outras — tomem agora o seu caminho, procurando legendas mais compatíveis com as suas preferências ideológicas ou criando novas. Certamente muito poucos se esforçarão para manter a posse da legenda antes tão disputada exatamente pelo mesmo motivo que levou muitos peemedebistas que aceleraram suas carreiras na campanha das "diretas-já" a se tornarem, de repente, "parlamentaristas": o PMDB deixou deser um bom veículo eleitoral. Sem nada para apresentar na coluna do ativo no balanço da sua desastrosa experiência no poder, ele acumula uma fenomenal performance na coluna do passivo: uma nação mergulhada no caos e à beira da conflagração, submetida a uma verdadeira escravização pela massa dos eleitos do fisiologismo que — "donos" do Estado — já consomem mais do que os governos arrecadam; um país em franca recessão, com uma inflação que se aproxima rapidamente de explosivos 20% ao mês e, ainda, todos os grotescos passos intermediários que deram para chegar a isto que abalou a fé do povo brasileiro na própria idéia de democracia. Foi tendo este balanço em mente que o sr. Ulysses Guimarães, por exemplo, o grande derrotado da noite de ontem, decidiu jogar sua última cartada com a proposta parlamentarista, pensando muito pouco democraticamente, diga-se de passagem, em obter por meio de um casuísmo aquilo que sabia os eleitores lhe negariam nas urnas.

E parece-nos que o dr. Ulysses não foi o único que agiu em função de cálculos como este. Certamente, entre os 212 constituintes que votaram pelo parlamentarismo, havia muito poucos que são parlamentaristas convictos. Os que são como dissemos em comentário anterior, gostariam de ver pelo avesso do binóculo a hipótese de se implantar agora este sistema de governo que, antes de estar firme nas pernas, teria de descascar o indescascável abacaxi que é este país legado pelo PMDB. A maioria, parece-nos, era composta dos muitos constituintes que têm plena consciência de que sua reeleição depende estritamente da ajuda de governadores, ministros e, eventualmente, primeiros-ministros com seus respectivos "currais eleitorais". Foi portanto, uma derrota dos derrotados...

Estes os resultados mais concretos que pôde dar a votação de ontem na Assembléia Constituinte. Tudo o mais, lamentamos admiti-lo, fica ainda no plano das conjecturas. É claro que o presidente José Sarney, agora livre da torturante "angústia" que lhe produzia a hegemonia do PMDB e a sombra permanente daquele que a traduzia em poder político a pressioná-lo e cerceá-lo a cada passo, poderá e deverá, pela primeira vez (que país!), formar o seu ministério sem a necessidade de conchavos, "negociações" ou interferências de qualquer tipo, tendo em mente, exclusivamente, a tremenda tarefa que tem pela frente para devolver um mínimo de ordem ao cenário brasileiro. Finalmente "eleito presidente" pela Constituinte, agora terá de governar. Formar seu ministério é o mínimo que se deve esperar dele e será seu primeiro teste.

Mas, daí por diante, as conjecturas se tornam ainda mais vagas. Não podemos nos esquecer de que o homem de quem falamos — como figura mais alta na hierarquia de um sistema presidencialista especialmente falho nos dispositivos que em outros sistemas presidencialistas limitam os poderes do presidente — poderia, se tivesse querido, livrar-se com um peteleco da "angústia" que tanto o afligiu, e não o fez, o que resultou em que sua "angústia" se transferisse, redobrada, para nós, brasileiros do País real. E não podemos esquecer-nos também de que o senhor presidente ainda não está totalmente livre da sua "angústia" porque o seu mandato só será definitivamente definido em meados de maio, quando a Constituinte votar as "Disposições Transitórias"...

Por isso não alimentamos todas as esperanças que gostaríamos de alimentar depois desta definição do sistema de governo e do mandato dos futuros presidentes que, pela ampla maioria com que foram aprovados, tornam remota a hipótese de um encurtamento apenas do mandato do presidente Sarney. Mas quem, há três anos, pensaria em hipótese mais remota do que a de um presidente brasileiro deixar escapar por entre os dedos tudo que o presidente Sarney deixou escapar por entre os seus?

Feitas todas as ressalvas, resta-nos lembrar ao presidente Sarney que esta é a sua última oportunidade. A maior parte das dúvidas de nossos credores que vinham dificultando a assinatura de um acordo que venha dar, finalmente, algum alívio para a economia brasileira, que ele deixou que o PMDB quase destruísse, pode desaparecer com esta decisão da Constituinte, sobretudo se ela for seguida por atos de afirmação de autoridade do presidente.

Depois de derrota tão fragorosa, também aquele PMDB que mais infernizava a vida do presidente (e dos brasileiros em geral) terá o seu ânimo esvaziado, já que para ele a derrota é definitiva, o que permitirá ao governo limpar parte importante do entulho ideológico que eles acumularam para impedir o pleno restabelecimento de nossas relações com o mundo civilizado e a nossa inserção na economia planetária. A limpeza dos ministérios estratégicos ainda ocupados por esta gente facilitará muito a tarefa que, diga-se de passagem, o ministro Maílson da Nóbrega já deixou à beira do bom termo. Mas a grande dúvida que persiste é sobre a disposição do presidente de atirar-se com a urgência que nossa situação requer — isto é, antes da votação das "Disposições Transitórias" — à difícil tarefa do saneamento do Estado e de suas finanças, sem a qual não irá muito longe em nenhum dos outros caminhos franqueados por esta decisão e já pavimentados pelo seu ministro da Fazenda. Este será o teste definitivo do sr. José Sarney. O programa em gestação pela equipe econômica — ainda que o mínimo necessário para repor alguma ordem na casa do governo — é bastante áspero. É necessária uma economia de entre 1,3 e 1,5% do PIB (Cz\$ 600 a 700 bilhões), na área dos salários públicos; mais 1% do

PIB (Cz\$ 466 bilhões) de cortes nas despesas de custeio e mais 1% do PIB obtido pelo congelamento da capacidade de endividamento dos Estados e municípios. Cerca de Cz\$ 1,6 trilhão, no total, para reduzir o déficit deste ano dos 7,4% do PIB previstos para algo entre 3,5 e 4% do PIB.

Se enfrentar com a coragem necessária todas as forças que se levantarão contra este programa, então poderá contar com o apoio de toda a gente séria deste país e recuperará o seu nome para a História. Caso contrário, não será alterado o julgamento que foi feito até agora.